



CONTRATO Nº ...../201...

PAD nº 5819/2019

### ANEXO III

### MINUTA DO CONTRATO

**CONTRATO DE FORNECIMENTO E GARANTIA  
que entre si fazem o TRIBUNAL REGIONAL  
ELEITORAL DO PARANÁ e a empresa  
.....**

Pelo presente instrumento, regido pela Lei nº 8.666 de 21.06.93, Lei nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/06 e Lei nº 11.488/2007, pelos Decretos nº 10.024/2019, nº 8.538/2015 e nº 7.174/2010, e em conformidade com o Termo de Abertura de Licitação nº 48/2019, Pregão Eletrônico nº. ..../2019, e a proposta vencedora, protocolada neste Tribunal sob o nº. 5819/2019, regularmente autorizada pelo ordenador de despesas;

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, inscrito no CNPJ sob nº. **03.985.113/0001-81**, com sede na Rua João Parolin, nº. 224, Prado Velho, Curitiba/PR, CEP: 80.220-902, telefone: (41) 3330-8500, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Dr. Valcir Mombach, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa:

....., inscrita no CNPJ sob nº  
....., com sede em Cidade/UF, na Rua ....., nº. ...., bairro  
....., CEP: ....., telefone: (...) ....., e-mail: .....,  
neste ato representada por ....., portador do CPF/MF nº.  
....., doravante denominada CONTRATADA; têm entre si justo e  
acertado o que segue:

### CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

**1.1 – A presente contratação tem por objeto o fornecimento e garantia dos equipamentos de TI – 30 (trinta) unidades de switches de rede gerenciável, para atendimento das unidades da Justiça Eleitoral no estado do Paraná, garantindo**

assim a continuidade da prestação dos serviços de rede e conectividade deste Tribunal Regional Eleitoral, conforme especificações descritas neste Contrato.

**1.2** - A Contratação obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às disposições do instrumento convocatório, que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato.

## **CLÁUSULA SEGUNDA: DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

**2.1** - Descrição do Item - **SWITCH gerenciável com 48 (quarenta e oito) portas: 30 (trinta) unidades de switches de rede, gerenciável com 48 (quarenta e oito) portas.**

**2.1.1** - A solução deve ser composta de um único equipamento, montável em rack 19" devendo este vir acompanhado dos devidos acessórios para tal.

**2.1.2** - O equipamento deve ser novo e estar em linha de produção, deve ser fornecido com o firmware na última versão estável instalado.

**2.1.3** - Deve possuir, no mínimo, 48 (quarenta e oito) portas 10/100/1000BASE-T ativas simultaneamente, com conector RJ-45.

**2.1.4** - Deve possuir, no mínimo, 2 portas 10GBASE-X ativas simultaneamente, baseadas em SFP+, devendo um mesmo slot suportar interfaces ópticas de 1 gigabit Ethernet (1000Base-SX ou 1000Base-LX) ou 10 Gigabit Ethernet (10Gbase-SR ou 10GBase-LR).

**2.1.5** - Todas interfaces ethernet devem ser autosense e implementar auto-negociação, além de suportar os modos full-duplex e half-duplex.

**2.1.6** - Deve possuir capacidade de encaminhamentos de pacotes, de no mínimo, 144 Mpps.

**2.1.7** - Deve possuir capacidade de switching, de no mínimo, 176 Gbps.

**2.1.8** - Possuir fonte de alimentação interna que trabalhe em 100V-240V, 50/60 Hz, com detecção automática de tensão e frequência.

**2.1.9** - Deve suportar fonte de alimentação redundante.

**2.1.10** - Deve possuir arquitetura que utilize memória não volátil para armazenamento do sistema operacional e das configurações do switch.

**2.1.11** - Ser fornecido com configuração de CPU e memória (RAM e Flash) suficiente para implementação de todas as funcionalidades descritas nesta especificação, simultaneamente.

**2.1.12** - Possuir porta de console com conector RJ-45 ou DB9 macho.

**2.1.13** - Possuir leds indicativos de funcionamento da fonte de alimentação e status das portas.

**2.1.14** - Deve implementar o protocolo IEEE 802.3at Power over Ethernet (PoE), provendo até 30w, por porta, para conexão de equipamentos como telefones IP, pontos de acesso de rede sem fio, câmeras de segurança e outros do gênero. O equipamento deverá fornecer, no mínimo, 370W de potência PoE.

**2.1.15** - Suportar/Implementar empilhamento de no mínimo 08 (oito) equipamentos e gerência através de um único endereço IP.

**2.1.16** - O equipamento deve possuir duas portas para empilhamento com velocidade de pelo menos 10 Gbps cada (ou 20 Gbps Full Duplex), ou tecnologia similar com desempenho igual ou superior ao empilhamento supracitado.

**2.1.17** - O equipamento deve permitir a operação simultânea das 2 portas de empilhamento e 2 portas de uplink 10 Gbps Ethernet Full Duplex, sem prejudicar o funcionamento das 48 portas Gigabit ethernet.

**2.1.18** - Todas as interfaces Gigabit Ethernet devem funcionar simultaneamente.

**2.1.19** - O empilhamento deve ter capacidade de path fast recover (ou similar), ou seja, com a falha de um dos elementos da pilha os fluxos devem ser restabelecidos rapidamente.

**2.1.20** - Todas as interfaces ofertadas devem ser non-blocking.

**2.1.21** - Possuir altura máxima de 1U (1,75").

**2.1.22** - Permitir o armazenamento de, no mínimo, 16.000 (dezesesseis mil) endereços MAC.

**2.1.23** - Implementar agregação de links conforme padrão IEEE 802.3ad com suporte a LACP.

**2.1.24** - Implementar jumbo frames em todas as portas ofertadas, com suporte a pacotes de até 9216 Bytes.

**2.1.25** - Deve suportar no mínimo 4000 VLANs.

**2.1.26** - Deve suportar os modos Trunk, Híbrido e QinQ.

**2.1.27** - Deve permitir definir VLANs baseado em interfaces, em protocolos, em endereço MAC, em combinação de endereço MAC com endereço IP e interface.

**2.1.28** - Deve suportar Guest e Voice VLAN.

**2.1.29** - Deve suportar GARP e GVRP.

**2.1.30** - Deve suportar no mínimo os protocolos de roteamento RIP v1, RIP v2, OSPF, RIPng, OSPFv3.

**2.1.31** - Deve suportar no mínimo 1000 rotas IPv4 e 1000 rotas IPv6.

**2.1.32** - Implementar roteamento estático com suporte a, no mínimo, 32 (trinta e duas) rotas.

**2.1.33** - Implementar STP - Spanning Tree Protocol de acordo com IEEE 802.1D.

- 2.1.34** - Implementar RSTP - Rapid Reconfiguration for Spanning Tree Protocol de acordo com IEEE 802.1D e IEEE 802.1w.
- 2.1.35** - Implementar MSTP - Multiple Instances of Spanning Tree Protocol de acordo com IEEE 802.1S.
- 2.1.36** - Implementar PVST+ ou protocolo similar.
- 2.1.37** - Implementar autenticação baseada em MAC.
- 2.1.38** - Implementar QoS de acordo com IEEE 802.1p.
- 2.1.39** - Implementar a leitura, classificação e remarcação de QoS (802.1p e DSCP).
- 2.1.40** - Implementar remarcação de prioridade de pacotes Layer 3, remarcando o campo DiffServ para grupos de tráfego classificados segundo portas TCP e UDP, endereço/subrede IP e MAC origem e destino.
- 2.1.41** - Implementar, pelo menos, 4 filas de prioridade em hardware por porta.
- 2.1.42** - Implementar IGMP v1, v2 e v3 Snooping.
- 2.1.43** - Permitir a suspensão de recebimento de BPDUs (Bridge Protocol Data Units) caso a porta esteja colocada no modo fast forwarding (conforme previsto no padrão IEEE 802.1w). Sendo recebido um BPDU neste tipo de porta deve ser possível desabilitá-la automaticamente.
- 2.1.44** - Permitir o espelhamento/cópia (Port Mirroring) do tráfego de entrada e saída de múltiplas portas do switch em uma única porta.
- 2.1.45** - Implementar DHCP-Relay permitindo a definição de pelo menos 2 servidores DHCP.
- 2.1.46** - Implementar funcionalidade que permita que somente endereços designados por um servidor DHCP tenham acesso à rede.
- 2.1.47** - Implementar funcionalidade que permita que somente servidores DHCP autorizados atribuam configuração IP aos clientes DHCP (Trusted DHCP Server).
- 2.1.48** - Implementar DHCP SERVER permitindo a distribuição de endereços e parâmetros nativos a este tipo de serviço.
- 2.1.49** - Permitir a classificação e priorização de pacotes baseada em informações de camada 2, 3 e 4 do modelo OSI, para no mínimo: Endereço MAC, endereço IP, número de porta TCP ou UDP, valor do campo COS (802.1p) e valor do campo TOS (com precedência IP e DSCP).
- 2.1.50** - Permitir limitação de endereços MAC por porta. Estes endereços MAC podem ser aprendidos automaticamente ou configurados manualmente.
- 2.1.51** - Implementar mecanismos para controle dos tráfegos de broadcast, multicast e unknown-unicast (ou funcionalidade similar para o controle de tráfego unknown-unicast) por porta.

**2.1.52** - Deve ser possível especificar limites (thresholds) individuais para tráfego tolerável de broadcast, multicast e unknown-unicast em cada porta do switch.

**2.1.53** - Permitir limitação de tráfego (rate limiting).

**2.1.54** - Implementar roteamento entre as VLANs internamente, sem a necessidade de equipamentos externos.

**2.1.55** - Implementar filtros baseados em protocolos e endereços MAC.

**2.1.56** - Permitir a atualização do relógio interno por meio de NTP (Network Time Protocol) ou SNTP (Simple Network Time Protocol).

**2.1.57** - Implementar mecanismos de segurança contra-ataques do tipo DoS, como Syn flood, ICMP flood e Smurf.

**2.1.58** - Implementar mecanismos de segurança contra spoofing de endereços IP/Mac.

**2.1.59** - Implementar listas de controle de acesso (ACLs), baseadas em endereços MAC, endereços IP, portas TCP e UDP.

**2.1.60** - Disponibilizar, no mínimo, dois níveis de senha de acesso, sendo um com restrição total à configuração do equipamento e a comandos que alterem seu funcionamento, e outro, sem qualquer restrição.

**2.1.61** - Implementar controle de acesso por porta segundo o padrão IEEE 802.1X, com configuração dinâmica da VLAN do usuário autenticado.

**2.1.62** - Permitir a associação automática de VLAN de quarentena para a porta de dispositivos/ usuários não autenticados no padrão IEEE 802.1X.

**2.1.63** - Permitir a autenticação de dispositivos baseado no endereço MAC, via servidor RADIUS.

**2.1.64** - Implementar autenticação de usuário através do padrão 802.1x associando automaticamente o usuário a VLAN segundo parâmetros fornecidos na etapa de login.

**2.1.65** - Implementar RADIUS e/ou TACACS+ ou similar.

**2.1.66** - Implementar a funcionalidade que atribua VLAN específica, caso a estação utilizada para o acesso à rede não tenha cliente 802.1x operacional.

**2.1.67** - Permitir a configuração de MAC's autorizados em determinada porta.

**2.1.68** - Implementar funcionalidade que permita ao switch monitorar o tráfego DHCP e montar dinamicamente tabela que relacione os endereços MAC das estações com os respectivos endereços IP providos pelo servidor DHCP da rede, bloqueando pacotes DHCP em portas não autorizadas ou funcionalidade similar de DHCP Snooping.

**2.1.69** - Permitir a atualização remota do sistema operacional e dos arquivos de configuração utilizados no equipamento.

**2.1.70** - Implementar IEEE 802.1ab Link Layer Discovery Protocol (LLDP).

**2.1.71** - Permitir o download e o upload das configurações, de forma segura, por meio de SCP (Secure Copy Protocol) ou SFTP (Secure File Transfer Protocol).

**2.1.72** - Permitir a configuração através de Secure Shell (SSHv2) e porta de console.

**2.1.73** - Permitir a gravação de eventos por meio do protocolo syslog.

**2.1.74** - Possuir ferramentas de debug e log de eventos para depuração e gerenciamento em primeiro nível.

**2.1.75** - Implementar os padrões de gerência de rede SNMP v1, SNMPv2m SNMPv3 e RMON.

## **2.2 - Do suporte técnico durante a Garantia contratual**

**2.2.1** - Durante o período de Garantia, A CONTRATADA deverá prestar suporte técnico, atender às solicitações do TRE-PR, efetuadas pela Seção de Rede, respeitando as condições e níveis de serviço especificados a seguir;

**2.2.2**- A severidade dos chamados de suporte e garantia serão determinadas conforme este contrato e o prazo de atendimento será contado a partir da abertura de ordem de serviço e será classificado conforme as severidades especificadas a seguir;

**2.2.3**- Severidade ALTA: Esse nível de severidade é aplicado quando há indisponibilidade de componentes da solução ou as aplicações que são acessadas por meio da solução estão indisponíveis.

Dias úteis		Sábados, domingos e feriados	
Prazo de atendimento	Prazo de solução definitiva	Prazo de atendimento	Prazo de solução definitiva
14 horas	56 horas	21 horas	70 horas

**2.2.4**- Severidade MÉDIA: Esse nível de severidade é aplicado quando há falha no uso da solução, estando ainda disponível, porém apresentando problemas ou instabilidade

Dias úteis		Sábados, domingos e feriados	
Prazo de atendimento	Prazo de solução definitiva	Prazo de atendimento	Prazo de solução definitiva

Dias úteis		Sábados, domingos e feriados	
28 horas	84 horas	35 horas	98 horas

**2.2.5 - Severidade BAIXA:** Esse nível de severidade é aplicado para a instalação, configuração, manutenções preventivas, aplicações de firmwares e esclarecimento técnico relativo ao uso da solução. Não haverá abertura de chamados de suporte técnico com esta severidade em sábados, domingos e feriados.

Dias úteis		Sábados, domingos e feriados	
Prazo de atendimento	Prazo de solução definitiva	Prazo de atendimento	Prazo de solução definitiva
35 horas	98 horas	-	-

**2.2.6-** Serão considerados para efeitos dos prazos exigidos:

**2.2.6.1.** Prazo de Atendimento: Tempo decorrido entre a solicitação efetuada pela Equipe Técnica do TRE-PR à Prestadora de Serviço e o efetivo início dos trabalhos de manutenção.

**2.2.6.2.** Prazo de Solução Definitiva: Tempo decorrido entre a solicitação efetuada pela Equipe Técnica do TRE-PR à Prestadora de Serviço e a efetiva recolocação dos equipamentos em seu pleno estado de funcionamento e operação normais.

**2.2.7 -** A contagem do prazo de atendimento e solução definitiva de cada solicitação será a partir da notificação, à contratada até o momento da comunicação da solução definitiva do problema e aceite pela equipe técnica do TRE-PR;

**2.2.8 -** O atendimento às solicitações de severidade ALTA deverá ser realizado nas instalações da TRE-PR (on-site) e não poderá ser interrompido até o completo restabelecimento do serviço, mesmo que se estenda para períodos noturnos, sábados, domingos e feriados. Nesse caso, não poderá implicar em custos adicionais ao TRE-PR. A interrupção do suporte técnico de uma solicitação desse tipo de severidade por parte da contratada e que não tenha sido previamente autorizado pelo TRE-PR, poderá ensejar em aplicação de sanções previstas.

**2.2.9-** As ordens de serviços classificadas com severidade MÉDIA, quando não solucionados no prazo definido, poderão ser automaticamente escaladas para a severidade ALTA, sendo que os prazos de atendimento e solução definitiva do problema, bem como sanções previstas, serão automaticamente ajustados para o novo nível. A interrupção do suporte técnico de uma solicitação desse tipo de severidade por parte da contratada e que não tenha sido previamente autorizado pelo TRE-PR, poderá ensejar em aplicação de sanções previstas.

**2.2.11-** Depois de concluído o suporte técnico, a contratada comunicará o fato à Equipe Técnica do TRE-PR e solicitará autorização para o fechamento do chamado.

Caso o TRE-PR não confirme a solução definitiva do problema, o chamado permanecerá aberto até que seja efetivamente solucionado pela contratada. Nesse caso, o TRE-PR fornecerá as pendências relativas à solicitação em aberto.

**2.2.12-** O TRE-PR encaminhará a contratada, quando da reunião de apresentação inicial, relação nominal da equipe técnica autorizada a abrir e fechar solicitações de suporte técnico.

**2.2.13 -** Por necessidade excepcional de serviço, o TRE-PR também poderá solicitar a escalação de chamado para níveis superiores de severidade. Nesse caso, a escalação deverá ser justificada e os prazos dos chamados passarão a contar do início novamente.

### **CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

#### **3.1 - Da entrega:**

**3.1.1 – Do prazo de entrega, instalação e configuração:** a solução deverá ser entregue, instalada e configurada em um prazo de até **30 (trinta) dias corridos**, a contar da assinatura do contrato.

**3.1.2 – Do local de entrega:** a solução deverá ser entregue no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, Rua João Parolin, nº 224, Curitiba-PR, Seção de Rede, agendamento pelos telefones (41) 3330-8628 ou 3330-8629.

**3.2 -** Na hipótese de constatação de anomalias que comprometam a utilização adequada da solução, ela será rejeitada, em todo ou em parte, conforme dispõe o Art. 76 da Lei nº 8.666/93, sem qualquer ônus para o TRE-PR, devendo o licitante vencedor reapresentá-la (s) no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, após o comunicado.

#### **3.2 – Do recebimento do objeto:**

**3.2.1 – Do recebimento provisório:** em até 10 (dez) dias corridos a solução será recebida, provisoriamente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

**3.2.1.1 –** O recebimento provisório será realizado pela Seção de Gestão de Equipamentos de Microinformática.

**3.2.1.2 -** Na hipótese de constatação de anomalias que comprometam a utilização adequada da solução, ela será rejeitada, em todo ou em parte, conforme dispõe o Art. 76 da Lei nº 8.666/93, sem qualquer ônus para o TRE-PR, a contratada reapresentá-la (s) no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, após o comunicado.

**3.2.2 – Do recebimento definitivo:** a verificação da conformidade das especificações da solução ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados a partir do recebimento provisório. Atestada a conformidade quantitativa e qualitativa, a solução será recebida definitivamente pela Coordenadoria de Infraestrutura.

#### **3.3 – Da garantia:**



**3.3.1** - A solução ofertada deverá estar coberta por garantia total fornecida pelo fabricante, pelo prazo de **36 (trinta e seis) meses**.

**3.3.1.1** - A garantia iniciará a partir da data de recebimento definitivo da solução.

**3.3.2** - A contratada deverá apresentar o Certificado de Garantia emitido pelo fabricante, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, a contar da data de recebimento definitivo da solução.

**3.3.3** - A contratada deverá possibilitar a abertura de chamado técnico diretamente no fabricante da solução ou por centro de suporte devidamente autorizado pelo fabricante.

**3.3.4** - O atendimento de primeiro nível deve ser realizado em português do Brasil.

**3.3.5** - Deve ser disponibilizado pelo menos um dos seguintes canais de atendimento para suporte:

- a) Telefone 0800;
- b) Sistema Web de abertura de chamados;
- c) E-mail.

**3.3.6** - A Contratada deverá disponibilizar o acesso direto à base de dados de conhecimento do fabricante da solução que contenha informações de assistência, orientação para instalação, desinstalação, configuração, atualização de firmware e software, aplicação de correções (patches), diagnóstico, avaliações e resolução de problemas, e demais atividades relacionadas à correta operação, e funcionamento da solução.

**3.3.7** - Os serviços cobertos pela garantia deverão ser prestados nas instalações do TRE-PR, em Curitiba/PR.

**3.3.8** - Os serviços cobertos pela garantia deverão ser prestados pela empresa fabricante, pela contratada ou parceiro autorizado/credenciado.

**3.3.9** - Os serviços cobertos pela garantia deverão ser prestados por técnicos certificados pelo fabricante da solução.

**3.3.10** - A Contratada deverá fornecer a seus técnicos as ferramentas e instrumentos necessários à execução dos serviços, bem como produtos ou materiais indispensáveis à manutenção do equipamento.

**3.3.11** - A Contratada deverá garantir atualizações do produto e suporte técnico do fabricante (telefone, e-mail ou acesso remoto) pelo período de vigência da garantia.

**3.3.12** - A substituição de equipamento defeituoso deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias corridos, após a abertura de Ordem de Serviço pelo gestor de contrato ou notificação automática do sistema na central de atendimento da contratada ou fabricante.

**3.4** - A Contratada deverá apresentar, ao gestor da contratação, em até 30 (trinta) dias corridos contados da assinatura do contrato, no momento da entrega dos equipamentos, os documentos abaixo:

a) Certificação/declaração emitida pelo fabricante do equipamento ofertado (ou credenciado) para, no mínimo, 02 (dois) funcionários, atestando participação em curso/treinamento específico relacionado à utilização/configuração/suporte do equipamento ofertado.

b) Comprovação do vínculo dos funcionários certificados (conforme alínea a) com a empresa contratada, mediante apresentação de carteira profissional ou contrato de prestação de serviços.

### **3.5 – Da sustentabilidade:**

**3.5.1** - Será exigida a compatibilidade do produto com a diretiva RoHS (RoHS - Restriction of Certain Hazardous Substances ou Restrição de Certas Substâncias Perigosas), a qual limita a um percentual máximo o uso de substâncias perigosas nos processos de fabricação dos produtos, entre elas: cádmio (Cd), mercúrio (Hg), cromo hexavalente (CrVI), bifenilos polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) e chumbo (Pb), de modo a contribuir para a redução do impacto ambiental.

**3.5.2** - Os produtos deverão ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento. As condições deste item serão objeto de verificação *in loco* no momento da entrega dos produtos.

**3.6** - A contratada obrigará-se a manter-se em compatibilidade com a habilitação e com as obrigações assumidas na licitação até o adimplemento total da contratação.

## **CLÁUSULA QUARTA: DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA**

**4.1** – Os recursos serão destinados à contratação conforme abaixo:

Programa de Trabalho .....;  
Nota de Empenho: ....., emitida em ..../..../.....;  
Elemento de despesa: .....;  
Categoria Econômica: .....;  
Código Siasg: : BR0448242

## **CLÁUSULA QUINTA: DA VIGÊNCIA**

**5.1** - O presente contrato vigorará pelo período de **39 (trinta e nove) meses**, a partir da data da assinatura, **de .../.../..... a .../.../.....**, podendo ser rescindido antecipadamente a critério do CONTRATANTE, nos termos da lei nº 8.666/93.

**5.2** – Prazo de Garantia de **36 (trinta e seis) meses**, a partir do recebimento definitivo.

## **CLÁUSULA SEXTA: DO REAJUSTE**

**6.1** - Os preços não serão reajustáveis, tendo em vista tratar-se de contrato de garantia contratual.

## **CLÁUSULA SÉTIMA: DO PAGAMENTO**

**7.1** - O valor total a ser pago à CONTRATADA, pelo cumprimento do objeto deste contrato será de R\$...... (.....), ao valor unitário de R\$......(.....).

### **7.2 – Do documento fiscal:**

**7.2.1** – O documento fiscal deverá atender os requisitos abaixo, podendo ser emitido na forma eletrônica - NOTA FISCAL ELETRÔNICA, nos termos da legislação vigente, devendo ser encaminhado ao gestor do contrato do TRE/PR por e-mail, em formato PDF ou emitido na forma física devendo ser encaminhado a Seção de Protocolo, localizada na Rua João Parolin, 224, 1º andar, Curitiba/Paraná.

**7.2.1.1** – O CNPJ cadastrado no sistema comprasnet/documentos de habilitação, deverá ser o mesmo para efeito de emissão da nota fiscal/fatura para posterior pagamento.

**7.2.1.2** - Caso a CONTRATADA não possa emitir a nota fiscal/fatura com o mesmo CNPJ habilitado na licitação, poderá fazê-lo através da eventual matriz ou filial da mesma empresa licitante vencedora. Nesse caso, ambos os CNPJs (CONTRATADA e eventual matriz ou filial utilizada) deverão estar com a documentação fiscal regular e atender obrigatoriamente os seguintes requisitos:

- CNPJ da CONTRATADA
- CNPJ do TRE: 03.985.113/0001-81;
- Data de emissão da nota fiscal;
- Descritivo dos valores unitários e totais,
- Número do contrato
- Banco
- Agência
- Número da conta corrente (obrigatoriamente da própria CONTRATADA)

### **7.3 – Das condições do pagamento:**

**7.3.1** - O pagamento somente ocorrerá depois de atestado pelo gestor do contrato designado para esta finalidade, à conformidade dos serviços prestados. O atestado será realizado, obedecendo o prazo e formulário específico, conforme dispositivos legais deste TRE/PR.

**7.3.2** - O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da CONTRATADA no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os seguintes prazos:

**7.3.2.1** – Prazo para atestado da Nota fiscal: **até 05 (cinco) dias úteis** a partir do aceite da nota fiscal pelo gestor, a qual deverá ser enviada pela empresa somente

após cumpridas todas as exigências contratuais.

**7.3.2.1.1** - A Nota Fiscal/Fatura, após o atestado do gestor da contratação, será encaminhada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, para que se efetive o pagamento.

**7.3.2.2** – Prazo para pagamento da Nota Fiscal: **até 20 (vinte) dias corridos** após o atestado da Nota fiscal pelo Gestor.

**7.3.2.2.1** - Se o valor da nota fiscal for de até R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), o prazo para pagamento será **de 05 (cinco) dias úteis** após o atestado realizado pelo fiscal da contratação, conforme o disposto no art. 5º, § 3º da Lei nº 8.666/93.

**7.3.3** – Será considerado como data do pagamento, o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**7.3.4** – O gestor da contratação do TRE/PR procederá à conferência dos requisitos da nota fiscal/fatura, que deverá estar de acordo com as descrições contidas na nota de empenho, bem como apresentar o mesmo número de CNPJ cadastrado, habilitado e constante nos documentos entregues, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, salvo na hipótese prevista no item 7.2.1.2.

**7.3.4.1** – Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o TRE/PR.

**7.3.5** – O TRE/PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste edital e/ou anexo(s).

**7.3.6 – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA:** Na ocorrência de eventual atraso de pagamento e, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto, serão devidos encargos moratórios pelo TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, mediante solicitação formal do interessado, que serão calculados por meio da aplicação da fórmula  $EM = I \times N \times VP$ , onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$  (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%)

$I = (6/100)/365$

## **7.4 – Da regularidade fiscal:**

**7.4.1** – Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da CONTRATADA

em vigor na data do pagamento.

**7.4.1.1** – A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/PR, visando à regularização.

**7.4.1.1.1** – Permanecendo a inadimplência poderá haver rescisão contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste edital e/ou anexo(s).

**7.4.2** – A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

- a) por meio de consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;
- b) por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;
- c) por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.

**7.4.2.1** – O resultado das consultas, de que trata as alíneas acima, serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

## **CLÁUSULA OITAVA: DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA**

### **8.1 – Da substituição tributária:**

**8.1.1** - Serão feitas as retenções tributárias federais e municipais incidentes sobre a contratação, conforme artigo 64 da Lei nº 9.430/96, IN RFB 1234/12, IN RFB 971/09, LC nº 116/2003 e LC nº 123/06, conforme o objeto da contratação.

### **8.2 – Dos tributos federais:**

**8.2.1** - Será efetuada a retenção dos tributos federais aplicando-se, sobre o valor a ser pago, o percentual constante da Tabela de Retenção da IN RFB 1234/12.

**8.2.2** - Quando a empresa for optante do Regime Simplificado Nacional (SIMPLES), não haverá a retenção de que trata o item acima.

**8.2.3** - A nota fiscal, cuja empresa CONTRATADA seja Optante do SIMPLES, deverá estar acompanhada da Declaração, nos termos do caput do artigo 6º da IN RFB 1234/12 - anexo IV.

### **8.3 - Da retenção previdenciária:**

**8.3.1** - Quando o objeto da contratação contemplar cessão de mão de obra ou empreitada, poderá ocorrer a retenção do INSS prevista no artigo 112, sobre os serviços elencados nos artigos 117 e 118 da IN RFB 971/09.

### **8.4 - Da retenção do ISS:**

**8.4.1** - Sobre serviços, poderá ocorrer a retenção do ISS, quando o objeto da contratação se enquadrar no inciso II, do § 2º do art.6º da LC nº 116/03.

**8.4.2** - Quando a empresa for optante do Regime Simplificado Nacional (SIMPLES), deverá destacar na nota fiscal de prestação de serviços a alíquota na qual está

enquadrada, conforme os anexos III ou IV da Lei Complementar nº 123/06. Caso não haja o referido destaque, será considerada a alíquota máxima vigente, ou seja, 5% (cinco por cento).

**8.5** - Quanto à incidência das retenções de tributos prevalecerá sempre a legislação vigente, mesmo que venham a contrariar as disposições acima, conforme sua incidência ou não sobre o objeto contratado.

**8.6** - A atualização monetária e a multa, provenientes do atraso no recolhimento das obrigações tributárias e/ou previdenciárias serão descontadas do valor da Nota Fiscal/Fatura correspondente, quando a CONTRATADA lhes der causa.

**8.6.1** - O não atendimento às especificações do documento fiscal, descritas na cláusula sétima, item 7.2, bem como a não comprovação da regularidade fiscal, prevista na cláusula sétima, item 7.4.1, darão causa ao previsto no item anterior.

## **CLÁUSULA NONA: DOS GESTORES DO CONTRATO**

**9.1** - O fornecimento será acompanhado pelo Chefe da Seção de Rede e seu substituto, que serão os gestores da contratação.

**9.2** - Nos termos da Lei nº 8666/93, art. 67, parágrafos 1º e 2º, caberá aos Gestores:

- a) receber e atestar a nota fiscal referente à aquisição, encaminhando a fatura pertinente ao setor responsável pelo tombamento dos bens e, seguidamente, à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade do TRE/PR, para pagamento;
- b) acompanhar o fornecimento de acordo com as condições contratadas, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados, sob pena de responsabilização administrativa;
- c) se a inexecução persistir, o gestor deverá criar um Processo Administrativo Digital (PAD) específico e encaminhá-lo à Secretaria de Gestão Administrativa, devidamente instruído com todas as informações pertinentes constantes de formulário específico, anexando-se cópia(s) do(s) e-mail(s) relativos ao item anterior (letra "b"), referente(s) à intenção de abertura de Processo Administrativo, com o respectivo comprovante de recebimento pela Contratada.

## **CLÁUSULA DÉCIMA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**10.1** - O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas no presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, de acordo com o capítulo IV, art. 87 da Lei nº 8666/93 e artigo 7º da lei nº 10520/2002:

**10.2** – Poderão ser aplicadas ainda as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multas:

b.1) Multa de 1,0% (um por cento) ao dia sobre o valor contratado, pelo atraso no cumprimento ao prazos de entrega estipulado no presente instrumento, com limite

de 10 (dez) dias. Após esse prazo, será considerado inadimplemento parcial, com multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato;

b.2) Multa de 5,0% (cinco por cento) sobre o valor total da contratação pelo inadimplemento a quaisquer outras obrigações pactuadas, e que venham a causar prejuízos o CONTRATANTE, independente do ressarcimento dos danos à Administração.

b.3) Na prestação da Garantia Técnica, estará sujeita às sanções abaixo, pelos descumprimentos dos prazos previstos para solucionar os chamados de SUPORTE TÉCNICO, nos termos previstos no item 2.3 deste contrato, conforme abaixo:

Sanção	Classificação
0,05 % por dia de atraso, limitado a 30 dias , sobre o valor total do contrato.	Severidade alta
0,02% por dia de atraso , limitado 30 dias , sobre o valor total do contrato.	Severidade média
0,01% por dia de atraso , limitado a 30 dias , sobre o valor total do contrato.	Severidade baixa

b.4) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, pela não prestação da garantia dos equipamentos e/ou serviços fornecidos dentro dos prazos previstos em contrato e/ou no Código de Defesa do Consumidor; ou pela ocorrência de quaisquer danos aos equipamentos, ocasionados por negligência ou imperícia dos profissionais, sem a reposição ou conserto imediato do bem pertinente;

b.5) Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, pela não atendimento a qualquer chamado feito pelo CONTRATANTE para manutenção e correção de problemas ou pela inadimplência reiterada das obrigações pactuadas.

b.6) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratual, pelo inadimplemento parcial do contrato;

b.7) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor contratual, pelo inadimplemento total do contrato;

c) Impedimento de licitar e contratar com a União, conforme previsto no art.7º da Lei nº 10.520/2002, bem como o descredenciamento do SICAF, ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, conforme a gravidade do inadimplemento da obrigação e prejuízos ocasionados, quando a empresa, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

**10.4 -** As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar, previstas nos itens 10.1, 10.2 , poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, com a pena de multa.

**10.5** - No caso de aplicação de multa determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa à CONTRATADA, esta deverá recolher à União o valor imputado por meio de GRU.

**10.6** - As multas imputadas à Contratada cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Fazenda<sup>1</sup> e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo IGP-M ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO DO CONTRATO**

**11.1** - Ficará o presente contrato rescindido, a juízo da administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos casos elencados nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

**11.2** - Será também causa de rescisão se a Contratada alocar funcionários, para o desempenho dos serviços, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento de membros ou juízes vinculados a este Tribunal, contrariando o artigo 3º da Resolução nº 07, de 18/10/2005, com redação dada pela Resolução nº 09, de 06/12/05, ambas do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS CASOS OMISSOS**

**12.1** - Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/99, no Código de Defesa do Consumidor e demais normas e princípios gerais aplicáveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO FORO**

**13.1** - Fica eleito o Foro de Curitiba-PR para dirimir as divergências oriundas do presente contrato.

**13.2** - E, por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Curitiba, .... de ..... de 201...

.....  
Representante Legal  
P/ CONTRATADA

**Valcir Mombach**  
Diretor-Geral - TRE/PR  
P/ CONTRATANTE

---

<sup>1</sup> Portaria n.º 75 do Ministério da Fazenda, publicada em 22/03/2012 – artigo 1.º, inciso I.